

**ATA DA 230ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves
2 Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3 **DATA:** 06/12/2017

4 **HORÁRIO:** 14:00 horas

5 **PRESENTES**

6 **CONSELHEIROS TITULARES**

7 Bernard Van de Meene (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)

8 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)

9 Clécio Antônio Espesim (SES)

10 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)

11 Denise Guerreiro (Associações Profissionais Área da Saúde)

12 Elsita Chorztenberger Andrade (Organizações Religiosas)

13 Fábio Gaudenzi de Faria (SES)

14 Fátima Regina da Silva (Ass./Mov. População Afrodescendente e População Indígena)

15 Francine Iagher (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

16 Gisele Kraieski Knabben (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

17 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)

18 Luiz Antônio da Silva (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

19 Luiz Henrique Costa (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

20 Maria Conceição dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

21 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)

22 Nivaldo Lacerda da Cunha (AHESC)

23 Paulo Orcini (SES)

24 Pedro Cezar Peliser (FEHOSC)

25 Rogério Mendes Ribeiro (MS)

26 Sérgio Murilo Rabelo (Trabalhadores Urbanos)

27 Sônia Terezinha Bodanese (COSEMS)

28 Tatiane Mecabô Cupello (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

29 **CONSELHEIROS SUPLENTES**

30 Eduardo Marques Maccário (SES)

31 Grace Ella Berenhauser (SES)

32 Heide Gauche (MS)

33 Liliane Aparecida de Oliveira (SES)

34 Valmir Braz de Souza (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

35 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

36 A 231ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h10min,
37 com a presença dos Conselheiros acima nominados e sob a coordenação da Presidente, Cléia
38 Aparecida Clemente Giosole.

39 **APROVAÇÃO DA ATA**

40 *A Ata da sessão de novembro foi aprovada, com 1 abstenção.*

41 **DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS**

42 C.I.Nº 657/2017/GAUD, a qual encaminha o Relatório Mensal da Gerência de Auditoria do
43 mês de outubro de 2017;

44 Ofício Nº 511-SEI/2017/SC/SEAUD/SC/DIVNE/SE/MS, o qual encaminha cópia do Relatório
45 Final da Auditoria nº 17360, no Hospital Terezinha Gaio – São Miguel do Oeste;

46 Ofício Nº 446-SEI/2017/SC/SEAUD/SC/DIVNE/SE/MS, o qual encaminha a cópia do
47 Relatório Final da Visita Técnica nº 5853, na SMS de Dionísio Cerqueira;

48 C.I. Nº 126/2017/GAB/SES, a qual solicita a substituição de Carla Giani da Rocha por Paulo
49 Orcini, como titular e Liliane Aparecida de Oliveira, como suplente, representando a SES no
50 CES.

51 **ITEM I – REAVALIAÇÃO E VOTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 014/CES/17, A QUAL**
52 **REJEITOU A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DE 2017 SES;**

53 O Conselheiro Luiz Antônio da Silva disse que não entende o porquê de avaliar
54 novamente a Prestação de Contas da SES – 1º Quadrimestre/2017, já que foi discutida e
55 reprovada, com base legal.

56 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim disse que a Prestação de Contas do 1º
57 Quadrimestre foi avaliada, onde deveria ter sido aprovada com ressalva, considerando que a
58 SES teria que ter apresentado os débitos existentes, e não apresentou em tempo hábil.

59 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação a Alteração ou
60 Manutenção da Resolução que rejeitou a Prestação de Contas da SES – 1º Quadrimestre/2017,
61 onde os Conselheiros votaram:

62 Bernard Van de Meene – Alteração; Cecília Alves de Lima – Manutenção; Clécio Antônio
63 Espezim – Alteração; Denise Guerreiro – Alteração; Elsitá Chorztenberger Andrade -
64 Alteração; Fábio Gaudenzi de Faria - Alteração; Fátima Regina da Silva - Manutenção;
65 Francine Iagher - Alteração; Gisele Kraieski Knabben - Alteração; Jorge dos Passos Corrêa
66 Cobra - Alteração; Luiz Antônio da Silva - Manutenção; Luiz Henrique Costa - Manutenção;
67 Maria Conceição dos Santos - Manutenção; Maria Izabel Giroto - Manutenção; Nivaldo
68 Lacerda da Cunha - Alteração; Paulo Orcini - Alteração; Pedro Cezar Peliser - Alteração;
69 Rogério Mendes Ribeiro - Alteração; Sérgio Murilo Rabelo - Manutenção; Sônia Terezinha
70 Bodanese - Alteração; Tatiane Mecabô Cupello – Alteração.

71 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, disse que, por 14 a 7 votos pela
72 Alteração, será encaminhada a Resolução para Comissão Permanente de Acompanhamento
73 Orçamentário para discussão.

74 O Conselheiro Luiz Henrique Costa sugeriu que a Prestação de Contas do 2º
75 Quadrimestre volte à Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário para
76 discussão, e seja pauta de próxima reunião do CES.

77 **ITEM II – COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SES-CAFs;**

78 A Gerente de Supervisão das Organizações Sociais, Loreni Pizzi, fez uma breve
79 apresentação sobre o tema.

80 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, falou que o Ministério Público do
81 Trabalho recomendou que o CES não participasse das CAFs, para não ser co-responsável.
82 Disse que já tem um Conselheiro do CES respondendo a um processo em virtude disso. E que
83 existe uma Resolução do CES, onde diz que o CES é contra as Organizações Sociais, e que
84 seus membros não participem das CAFs.

85 A Gerente de Supervisão das Organizações Sociais, Loreni Pizzi, respondeu que a Lei
86 determina que, dentre os seus membros, 1 seja representante da Sociedade Civil, indicado pelo
87 CES. Disse que é competência das CAFs acompanhar e fiscalizar os contratos de gestão, in
88 loco, aprovar as metas, exigir cumprimento e fazer recomendações.

89 O Conselheiro Luiz Antônio da Silva, perguntou se o representante da sociedade civil,
90 já que o contrato de gestão é absolutamente técnico, deveria ter conhecimento técnico. E como
91 ficará o orçamento da saúde, com o congelamento nos próximos 2 anos. Disse, que pelos
92 cálculos feitos pelo sindicato, o orçamento da saúde de 2018, com a falta de reajuste da
93 inflação, reflete ao de 2013. E disse também que as Organizações Sociais estão extremamente
94 caras, e não têm efetividade esperada.

95 A Gerente de Supervisão das Organizações Sociais, Loreni Pizzi, respondeu que sim, o
96 representante da sociedade civil deverá ter conhecimento do assunto, e que é competência do
97 CES indicar representante qualificado.

98 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim parabenizou a de Supervisão das Organizações
99 Sociais, Loreni Pizzi, e que acha importante haver representação do CES nas CAFs.

100 O Conselheiro Valmir Braz de Souza disse que em função da Resolução do CES, com
101 uma decisão contrária as Organizações Sociais, e a participação dos Conselheiros nas CAFs,
102 fica muito difícil indicar alguém. E perguntou como são formada essas comissões.

103 O Conselheiro Luiz Henrique Costa perguntou como é realizada a fiscalização nas
104 unidades de saúde para que o contrato seja cumprido de acordo com os termos.

105 O Conselheiro Luiz Antônio da Silva falou que consta no Plano Plurianual de Saúde a
106 proibição do Estado de passar a gestão das Unidades de Saúde para as Organizações Sociais.

107 Gerente de Supervisão das Organizações Sociais, Loreni Pizzi, respondeu que existe a
108 fiscalização, que precisa ser melhorada, e que enquanto estiver na Lei, ela irá solicitar a
109 indicação de 1 representante da Sociedade Civil, para cada CAF ao CES. E citou os membros
110 das CAFs:

111 - 1 representante da Secretaria do Estado de Planejamento;

112 - 1 representante da Secretaria do Estado da Saúde;

113 - 1 representante dos Servidores Públicos Estaduais, que esteja cedido à Unidade de
114 Saúde, se houver;

115 - 1 representante da Sociedade Civil, indicado pelo CES;

116 - 1 representante executor do contrato de gestão.

117 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação a indicação ou
118 não, pelo pleno, de membros nas CAFs, com 10 votos favoráveis, 9 contrários e 4 abstenções,
119 a indicação de representantes nas CAFs foi aprovada.

120 **ITEM III – PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE – PAS/2018;**

121 A Gerente de Planejamento da SES, Nardeli Junckes, apresentou a Programação Anual
122 de Saúde para 2018.

123 A Conselheira Fátima Regina da Silva propôs que fosse incluído na PAS um Fórum,
124 para tratar a especificamente a questão integral da população afro.

125 O Conselheiro Luiz Antônio da Silva lembrou a que a quantidade de recurso destinado
126 à Atenção Básica é muito pouca, comparada à de Alta e Média Complexidade. E disse que tem
127 dúvida em relação a o recurso da fonte 240, e que o CES não aprovou o orçamento dessa
128 Programação.

129 A Gerente de Planejamento da SES, Nardeli Junckes, disse que o orçamento de 2018
130 foi aprovado sim, e que em relação ao questionamento feito pelo Conselheiro, pedirá
131 esclarecimentos ao Gerente de Orçamento. E falou que, em relação à solicitação da
132 Conselheira Fátima, passará à Atenção Básica a demanda.

133 A Conselheira Denise Guerreiro falou que achou alguns objetivos muito amplos e
134 ações muito restritas às capacitações e reuniões. Acredita que é preferível 1 ação mais
135 específica do que várias. E perguntou como se deu a distribuição de recursos na Alta e Média
136 Complexidade.

137 A Gerente de Planejamento da SES, Nardeli Junckes, disse que, se talvez, as ações
138 fossem separadas por eixos elas ficassem mais claras. E sugeriu que o CES peça
139 esclarecimentos de uma ação mais específica, sempre que achar necessário.

140 A Conselheira Elsita Chorztenberger Andrade perguntou qual o prazo que os
141 Municípios têm para fazer seus Planos de Saúde. Disse que o Município de Garopaba fará seu
142 Plano até abril de 2018, e perguntou o que o Município fará nesses 4 meses, sem plano.

143 A Gerente de Planejamento da SES, Nardeli Junckes, disse não saber responder.

144 O Conselheiro Bernard Van Menne disse que não significa que o Município tenha que
145 fazer em abril, e sim até abril de 2018.

146 O Conselheiro Luiz Henrique Costa disse que gostaria de acompanhar a execução da
147 PAS. E que as residências fossem multiprofissional. Falou que é muito pequeno o valor
148 destinado à Vigilância em Saúde, quando comparado às demais áreas.

149 O Superintendente de Vigilância em Saúde, Fábio Gaudenzi, respondeu que a
150 Vigilância trabalha essencialmente com recurso federal, e que houve alguns aportes
151 específicos, ações de estruturação das redes de frio, nas Gerências de Saúde. E disse que não
152 há previsão de redução de recursos para o próximo ano.

153 O Conselheiro Paulo Orsini, respondeu, em relação às Residências Multiprofissionais,
154 que há 10 anos o Estado optou por financiar a Residência Médica. E que a Residência
155 Multiprofissional é uma atividade relativamente nova, em termos de implantação. Foi criada a

156 Secretaria da Residência Multiprofissional, que tinha a previsão de instituir 2 ou 3 projetos
157 pioneiros, porém houve um contingenciamento por parte do Ministério da Saúde. Disse que
158 ainda existe a previsão para dar continuidade a esses projetos.

159 O Conselheiro Bernard Van Menne disse achar um absurdo que as emendas
160 parlamentares retirem orçamento da Saúde, disse, que caso isso ocorra, é necessário entrar com
161 uma ação no Ministério Público, já que ocorrerá uma ingerência do Legislativo no Executivo.

162 A Conselheira Maria Conceição dos Santos disse que ficou em dúvida na ação de
163 elaborar ata para aquisição de agulhas e seringas, acredita que houve um erro na escrita.

164 O Conselheiro Fábio Gaudenzi de Farias disse que é aquisição sim, porém a Vigilância
165 é responsável pela elaboração da ata, mas acredita que possa ser alterada a escrita, em relação
166 a esta ação.

167 A Conselheira Maria Conceição dos Santos também disse ter dúvida em relação à
168 aquisição de um automóvel oficial, no valor de 90 mil reais, e perguntou quem irá utilizá-lo.

169 Conselheiro Paulo Orsini, respondeu que o veículo é para captação de órgãos da
170 Gerência de Transplante.

171 A Gerente de Planejamento da SES, Nardeli Junckes, apresentou a Programação do
172 CES para 2018:

Acões	Meta	Valor (R\$)
Realizar reuniões ordinárias do Conselho Estadual de Saúde	12	15.000,00
Realizar oficina para orientar a organização dos processos de trabalho dos Conselhos Municipais de Saúde	05	5.000,00
Realizar Encontro Estadual das Secretarias Executivas dos Conselhos Municipais de Saúde	01	30.000,00

173 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim disse, em relação a PAS, que é necessário criar
174 um cronograma para acompanhar a execução das ações. E parabenizou toda a equipe técnica
175 da SES, que esteve presente na reunião, prestando os esclarecimentos necessários.

176 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole colocou em votação a PAS 2018, com
177 todas as sugestões feitas pelos Conselheiros. Todos aprovaram.

178 **ITEM IV- POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA-PNAB;**

179 A técnica da Gerência de Atenção Básica, Ângela Blatt, fez a apresentação do tema.

180 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, falou de sua preocupação em relação
181 ao novo papel dos Agentes Comunitários, trazido pela Portaria nº 2436 de 21 de setembro de
182 2017, da Atenção Básica .

183 O Conselheiro Luiz Antônio da Silva falou da preocupação que os Municípios deverão
184 ter, em relação à Portaria, e que as alterações trazidas não foram aprovadas pelo Conselho
185 Nacional de Saúde. E sugeriu que fossem feitas Oficinas aos Municípios para levar
186 conhecimento sobre essa Portaria.

187 O Conselheiro Luiz Henrique Costa elogiou a Atenção Básica de seu Município, e
188 disse que a alteração, trazida pela Portaria, resultará na fragmentação da Assistência. E que
189 também não concorda com a politização das Gerências de Atenção Básica. Sugeriu que o CES
190 se solidarize com o CNS, e denuncie essa Portaria.

191 **INFORMES**

192 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, sugeriu que a primeira Reunião
193 Ordinária do CES de 2018 seja no mês de fevereiro. Todos Conselheiros presentes
194 concordaram.

195 O Conselheiro Bernard Van de Menne falou do cancelamento da reunião da CIST
196 Estadual, por duas vezes seguidas, por falta de quórum. Sugeriu que o CES chame o CEREST
197 Estadual para apresentar as suas ações e atividades, realizadas no ano de 2017.

198 A Conselheira Maria Izabel Giroto disse que assumiu a Coordenação do CIST
199 Estadual em abril de 2017, e que as reuniões deveriam acontecer sempre na manhã que
200 antecede às reuniões do CES, porém, isso não vinha acontecendo por falta de quórum. Disse
201 que está deixando a Coordenação, em virtude do descaso do controle social, que não vêm
202 participando das reuniões.

203 O Conselheiro Luiz Antônio da Silva disse que nos dias 29,30/11 e 1/12 o
204 SINDSAÚDE realizou o seu 1º Congresso, que teve como pauta:

- 205 -Defesa do SUS;
- 206 -Reformas: Trabalhista e Previdenciária;
- 207 -Filiação à Central Sindical.

208 **DEFINIÇÃO DA PAUTA**

209 A pauta da sessão de fevereiro será definida pela Mesa Diretora.

210 Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a
211 Secretária do CES/SC lavrou a presente Ata.

212

Florianópolis, 06 de dezembro 2017.